

ROTEIRO DE APRESENTAÇÃO

"O LONGO SÉCULO XX"¹

1. Breve biografia do autor

Giovanni Arrigh nasceu em 1937, em Milão. Formou-se como economista, pela Universidade Luigi Bocconi. Estendeu seus estudos aos campos da sociologia comparativa e história. Foi professor, nos últimos anos de sua vida, na Universidade John Hopkins. Morreu aos 72 anos, em 2009, nos Estados Unidos.

2. Linhas de pesquisa

Na década de 1960 o autor se dedicou ao estudo do desenvolvimento econômico em países da periferia capitalista, com foco na África para, entre 1970 e 1980, passar à análise da crise da hegemonia norte-americana dos anos 1970 e da expansão político-econômica asiática. Progressivamente, sua preocupação com o tema do crescimento econômico dos países periféricos voltou-se a um estudo mais amplo sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo, linha na qual se situa a obra em pauta.

A mesma aborda, sobretudo, os ciclos que marcaram esse desenvolvimento a partir de três teses “heterodoxas” do historiador francês Fernand Braudel, quais sejam:

- i. O capitalismo não é igual à economia de mercado, pelo contrário, é o “antimercado”;
- ii. A força originária do capitalismo não veio da extração da mais-valia dos trabalhadores, mas da associação entre os “príncipes” e os “banqueiros” europeus.
- iii. Todos os grandes ciclos de expansão do capitalismo chegam a uma fase em que as finanças substituem a atividade produtiva na liderança da produção da riqueza.

3. Objetivos e temáticas da obra

A obra objetivou identificar os padrões de recorrência, reestruturação e evolução dos ciclos sistêmicos capitalistas e localizar as anomalias capazes de romper com os mesmos. Na mesma, Arrighi analisa uma sucessão de ciclos de acumulação econômica liderados por uma série de potências hegemônicas voltadas à multiplicação da riqueza abstrata. Tais

¹ ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ciclos ocorrem: i) na Itália, séc. XV; ii) na Holanda, séc. XVII; iii) na Grã-Bretanha, séc. XIX; iv) nos Estados Unidos, séc. XX.

Ressalta-se que os processos de competição e domínio do capital não se extinguem com a hegemonia de uma potência, ou seja, o sistema de base produtiva continua suscetível a processos de reestruturação por meio de diferentes crises e disputas por poder. Nesses termos, o autor associa esses momentos de ascensão e decadência à alternância entre expansão material e acumulação financeira e afirma, ainda, que a crise pela qual o capitalismo passou na década de 1970 ainda persistia, então, nos anos 1990.

O autor indica que, na década de 1970, já se identificam mudanças estruturais na forma de funcionamento do capitalismo relacionada aos processos de acumulação tanto local como globalmente e que, em 1980, ocorrera uma nova centralização nos países ricos. De qualquer modo, é identificada uma tendência de aumento da mobilidade geográfica do capital.

A tese sustentada no livro, portanto, é a de que a história do capitalismo passa, em 1990, por um momento decisivo que o leva a se reorganizar. Nesse sentido, o autor foca na identificação das condições sistêmicas em que uma reorganização pode ocorrer elencando os seguintes possíveis motivos relativos às mudanças nos processos de produção e troca:

- i. Crise do modelo fordista que oportunizou o ressurgimento de “especificação flexível”;
- ii. Regulamentação legal das atividades geradoras de renda levando à “formalização” da vida econômica incorrendo em uma “informalização” (contornar as leis).

Ao mesmo tempo, Arrighi apresenta as vertentes de análise do contexto, quais sejam, a da regulação francesa”, que aponta para uma transição do então denominado “regime de acumulação” fordista-keynesiano - em crise devido ao aumento do poder do capital financeiro frente ao Estado nacional - para um regime de acumulação flexível e a do “fim do capitalismo organizado” para a emergência de um “capitalismo desorganizado” devido a um processo de desconcentração e descentralização crescentes das corporações.

Frente às mesmas, o autor compreende que há padrões de repetição e evolução que abarcam todo o curso do capitalismo histórico, partindo da ideia do historiador francês Fernand Braudel, que afirma que as características essenciais do capitalismo histórico estão na “flexibilidade” e no “ecletismo” (adaptabilidade, não estar restrito a uma opção, não especializado) do capital. O mesmo retoma a fórmula de Karl Marx para o capital: DMD. D = capital-dinheiro significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. M= capital-mercadoria é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro. D= representa a ampliação da liquidez da flexibilidade, da liberdade de escolha. Investe-se

dinheiro em determinado insumo-produto tendo em vista uma maior liberdade de escolha e de flexibilidade num momento futuro. Quando essa expectativa não ocorre, o capital tende a retornar a formas mais flexíveis de investimento (forma monetária). Opção pela liquidez. Fórmula DD.

Nesse sentido, "expansão financeira", segundo Braudel, é sintoma de uma maturidade de determinado desenvolvimento capitalista, a exemplo do que ocorreu na Itália do século XIII, passando pelos holandeses no século XVIII, pela Inglaterra no final do século XIX e início do século XX e, por fim, pelos Estados Unidos nas décadas 1960/70. A fórmula de Marx não retrata, portanto, apenas a lógica de investimentos capitalistas individuais, mas um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial cuja característica central é a alternância entre uma fase de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeira (fases MD). Juntas, essas fases formam um completo ciclo sistêmico de acumulação (DMD).

Isto posto, Arrigui se interessa em fazer uma análise comparativa dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação com o objetivo de identificar i) os padrões de recorrência e evolução da atual fase de expansão financeira e reestruturação sistêmica; ii) as anomalias da atual fase de expansão financeira, que podem levar a um rompimento com os padrões anteriores de recorrência e evolução. Assim, o autor identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação: ciclo genovês (séc. XV ao início do XVII), ciclo holandês (séc. XVI até grande parte do séc. XVIII), ciclo britânico (segunda metade do séc. XVIII até ao início do séc. XX), ciclo norte-americano (fim do séc. XIX e que prossegue até a atual expansão financeira). Nota-se que os mesmos duram mais de um século, daí a ideia de 'século longo, tomada como unidade temporal para formulação da análise realizada pelo autor.

Nessa linha, o mesmo se preocupa em diferenciar os ciclos sistêmicos de acumulação, ou tipicamente "ciclos seculares" (ou curvas logísticas de preço), dos "ciclos de Kondratieff". Ambos, segundo o autor, identificáveis em outros períodos da história e, portanto, não necessariamente vinculados ao capitalismo. Como base, considera-se o capitalismo como camada superior não especializada da hierarquia do mundo do comércio na qual não há a flexibilidade necessária para deslocar continuamente os investimentos para onde se fornece mais lucro.

Nesse sentido, um agente é capitalista em virtude do fato de seu dinheiro ser dotado da capacidade de se multiplicar, seja qual for a natureza das mercadorias e atividades específicas que constituem o meio contingente, num dado momento. Identifica-se, assim, uma relação instrumental: se o investimento na produção ou no comércio não atende ao objetivo de aumentar o fluxo financeiro, a tendência que predomina é a negociação puramente financeira, ou seja, "Dinheiro que investe no dinheiro" ou, ainda, "Financeirização da economia".

Compreende-se, por fim, que o principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média, até sua dimensão global da atualidade.

4. Visão cíclica

Arrighi percorre momentos importantes da história mundial do ponto de vista econômico explorando, na obra em pauta, a ascensão e a queda de diferentes impérios comerciais e econômicos e examinando as transformações nas estruturas econômicas e políticas ao longo dos séculos bem como as dinâmicas de poder que as impulsionam. Nessa perspectiva, argumenta que o capitalismo é caracterizado por ciclos de expansão e contração, e que sua história pode ser assim compreendida, a exemplo da transição do Feudalismo, na Idade Média, para o Capitalismo, na Era Moderna.

Ademais, argumenta que o sistema mundial capitalista passa por ciclos de ascensão e declínio de diferentes hegemonias em que cada fase é caracterizada por padrões específicos de acumulação de capital. Em relação ao papel do poder geopolítico e das organizações estatais dentro dos ciclos sistêmicos do Capitalismo, o autor descreve o fluxo do capital japonês no começo da década de 1980 em direção aos EUA e o compara à assistência financeira dos Estados Unidos à Grã-Bretanha após as duas grandes guerras do século XX: enquanto os EUA se beneficiaram do capital emprestado à Grã-Bretanha, o Japão não conseguiu exercer seu domínio sobre o capital excedente, enfrentando, até mesmo, limites culturais e políticos existentes na estrutura do capitalismo norte-americano.

A partir de então, é possível observar a diferença entre o “Ocidente conquistador” e o “Não Ocidente Conquistado”, sob as óticas de Adam Smith e Fernand Braudel, sobre a economia de mercado e sua antítese capitalista. Retrata-se, ainda, o aumento da desigualdade entre as forças do Ocidente Conquistador e do Não Ocidente Conquistado, com a formação de uma configuração tripartite da geopolítica mundial, com origens na Revolução Russa, e consolidada após a Guerra do Vietnã: países de Primeiro Mundo (América do Norte, Europa Ocidental, Austrália e Japão), Segundo Mundo (URSS e Europa Oriental) e Terceiro Mundo (América Latina e Não Ocidente).

Nessa nova configuração, e com o fim da Guerra Fria, observa-se os países do Primeiro Mundo (sob liderança dos EUA), o declínio do poder soviético, e a competição entre países do Terceiro Mundo e dos que integravam a URSS pelos acesso ao mercado e recursos do Ocidente Capitalista. Há, ainda, um outro grupo de países denominados, pelo autor, de “arquipélagos” formados por “ilhas de capitalismo”, como o Japão, Cingapura e a

Coreia do Sul, que centralizam os lucros oriundos do trabalho de massas trabalhadoras baratas no leste e sudeste asiáticos.

Em síntese, as ideias de Arrighi têm implicações significativas para a compreensão da economia mundial, incluindo o entendimento das desigualdades econômicas entre as nações, das crises econômicas recorrentes, da globalização, e da posição da semiperiferia na economia mundial. Essas ideias nos ajudam a entender a complexidade e a dinâmica do sistema econômico global bem como a desenvolver estratégias para lidar com seus desafios e oportunidades, haja visto que, segundo o autor, como referido, os ciclos do capitalismo histórico se repetem.

5. Principais ideias contidas na seção de introdução da obra

O autor destaca a importância de se entender a história do capitalismo para compreender as mudanças que ocorreram no mundo, argumentando que se trata de um sistema que passa por ciclos de ascensão e declínio das seguintes hegemonias: holandesa (século XVI-XVIII); britânica (XVIII-XX); norte-americano (XX). Outro ponto é a importância do território na história do capitalismo e como as mudanças territoriais influenciaram a ascensão e queda das hegemonias. Por fim, Arrighi argumenta que o capitalismo é um sistema em constante mudança e que é preciso entender as mudanças que ocorreram no passado para compreender as do presente.

Nesse sentido, o autor ressalta que as **crises econômicas** são uma característica recorrente da economia mundial, resultantes da competição entre as nações pelo poder econômico e político bem como da tendência do capitalismo de gerar desigualdades econômicas significativas. Ou seja, as crises econômicas são um resultado inevitável do sistema econômico global com as quais as nações devem estar preparadas para lidar:

quatro séculos longos estruturados de forma semelhante, cada qual constituindo uma etapa específica do desenvolvimento do moderno sistema capitalista mundial. A análise comparativa desses ciclos permitiria a compreensão do passado e poderia "trazer mais revelações sobre a dinâmica e o provável desfecho futuro da crise atual", já que "a situação atual não é tão sem precedentes". Procura-se, portanto, divisar as tendências de hoje à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo O curso do capitalismo histórico como sistema mundial (ARRIGUI, 1996, p.)

Sobre a **globalização**, o autor refere ser um fenômeno histórico com raízes profundas na economia mundial a ser impulsionada pela competição entre as nações pelo poder econômico e político bem como pela tendência do capitalismo a se expandir para novos mercados e regiões. Isso significa que a globalização é um processo complexo e multifacetado que tem implicações significativas para a economia mundial e para as nações

individuais. Para defender essa tese, Arrighi (1996) cita a queda de hegemonia norte-americana e a ascensão asiática: "*O capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente*" (p.).

O autor em pauta ainda desenvolve o conceito de **semiperiferia** referindo países que em posição intermediária entre as nações mais e menos ricas e poderosas argumentando que os mesmos constituem fonte importante de instabilidade na economia mundial e devem estar preparadas para lidar com as flutuações econômicas e políticas que podem surgir.

6. Reflexão sobre a obra

A obra em pauta oferece uma análise perspicaz do desenvolvimento do capitalismo desde o final do século XV até o presente. Na introdução, Arrighi desafia os pressupostos tradicionais sobre a natureza do capitalismo e sua evolução argumentando que a dinâmica do capitalismo não pode ser compreendida apenas através de uma lente econômica, mas é imperativo examinar os aspectos geopolíticos e sociais em jogo. Sua análise sugere que o mesmo possui uma natureza cíclica, passando por períodos de expansão material seguidos por fases de reconfiguração financeira, o que desafia a visão tradicional de um crescimento linear e contínuo, substituindo-a por uma compreensão mais complexa e multifacetada do sistema.

O livro também destaca o papel dos estados-nações e das grandes potências no desenvolvimento na formação do capitalismo cujas ascensão e queda estão intimamente ligadas às suas fases, a exemplo do declínio da influência britânica e da ascensão dos Estados Unidos no século XX, que estão ligados à transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro. Nesse sentido, a obra instiga ao questionamento da linearidade e da inevitabilidade do capitalismo, sugerindo a necessidade de uma perspectiva mais ampla e interdisciplinar para compreender sua evolução e implicações para o futuro.

Arrighi convida, portanto, à reflexão crítica sobre a história do capitalismo e a estrutura do sistema econômico global em vigência através de uma abordagem original que desafia a considerar como o passado moldou o presente e como podemos essa compreensão pode ser utilizada para antecipar e, talvez, influenciar o curso histórico.

7. Contrapontos às ideias de Arrighi

Embora "O Longo Século XX" ofereça uma abordagem abrangente e instigante sobre a evolução do capitalismo, algumas críticas e contrapontos podem ser apresentados.

Em primeiro lugar, a visão cíclica do capitalismo ser questionada, ou seja, o argumento de que o capitalismo apresenta um padrão de expansão material seguido por uma fase de reconfiguração financeira. O contraponto é que esse padrão pode ser considerado simplista demais para capturar a complexidade e a diversidade do capitalismo em diferentes contextos geográficos e históricos, além disso, essa visão não leva em consideração outros fatores que podem influenciar a evolução do capitalismo, como mudanças tecnológicas, políticas e culturais.

Em segundo lugar, a análise de Arrighi se concentra fortemente no papel dos estados-nações e das grandes potências, o que pode ser visto como perspectiva *top-down* (cima pra baixo) da história do capitalismo, uma vez que muitos estudiosos argumentam que a história do capitalismo também deve ser vista de uma perspectiva *bottom-up* (baixo pra cima), levando em consideração as experiências e ações dos indivíduos, grupos sociais e comunidades locais. Portanto, aponta-se que a falta de uma análise detalhada dessas perspectivas pode levar a uma compreensão parcial da complexidade do capitalismo.

Outro ponto é que o foco em grandes potências, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, pode negligenciar a importância das regiões em desenvolvimento na economia global pois, no contexto de globalização crescente, é essencial considerar a interação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento bem como essa dinâmica influencia a evolução do capitalismo. Por último, pode-se argumentar que a obra em pauta não dedica atenção suficiente às alternativas ao capitalismo uma vez que, ao se concentrar na sua história e evolução, pode negligenciar a exploração de outros sistemas econômicos e sociais que existem ou existiram em paralelo ao mesmo.

8. Conclusão

Seguem, listadas por ordem de leitura, as principais ideias observadas:

- Padrão de acumulação capitalista: alternâncias de crises e progresso econômico (p. 1).
- A constante transmutação colocou, constantemente, o capitalismo à frente das normas de regulamentação do trabalho (p. 2).
- As mudanças ocorrem através da longa duração (p. 4).
- Flexibilidade e ecletismo: o capitalismo enquanto sistema de acumulação não se põe cristalizado em uma, ou outra forma econômica (pp. 4-5).
- Flexibilidade: movimentos que os capitalistas fazem ao investir em produtos que possam oferecer certa “liberdade de escolha” na busca pelo lucro (p. 5).
- Hipótese: historicamente o capitalismo se caracterizou por investimentos que permitiram flexibilidade na obtenção de lucro (p. 5).

- Ciclos sistêmicos de acumulação: indicam que o que está em questão não é a mercadoria em si, mas o lucro que a mesma pode oferecer (p. 8).
- O capitalismo se desenvolve em um contexto mundial a partir de ímpetos de acumulação e períodos de continuidade. A expansão financeira representaria a ruptura entre um e outro ciclo (p. 9).
- A história do capitalismo o torna particular, dada a íntima relação com o estado que permitiu sua expansão para além da Europa (p. 11-12).
- A formação de estados fortes ainda continuam valendo, pois os estados buscam manter seu poder através da relação com o capital, dominando econômica e socialmente outras regiões do mundo (p. 21).
- Ilhas capitalistas: possuem configurações econômicas muito específicas, mas não podem se sobrepor às potências capitalistas (p. 23).

“INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO: ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL” (CELSO FURTADO)²

1. Breve Biografia

Celso Furtado nasceu em 1920, na Paraíba. Em 1939, entrou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Era jornalista, militar, doutor em economia pela Universidade de Paris-Sorbonne e estudioso na área das ciências políticas. Integrou a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Participou da política econômica de diversos presidentes brasileiros, como Juscelino Kubitschek (JK), João Goulart e José Sarney. Durante o governo de JK foi nomeado responsável pela “Política de desenvolvimento para o nordeste”. Exerceu funções nos Ministérios do Planejamento e da Cultura. Foi exilado durante o regime militar e, nesse período, participou de congressos e grupos de pesquisa em âmbito global bem como lecionou na Universidade de Paris. Integrou o Comitê de Desenvolvimento da ONU e da UNESCO. Integrou a Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 2004, no Rio de Janeiro.

2. Linha de pesquisa

Furtado buscou compreender aspectos do desenvolvimento econômico que se sobressaem à acumulação de capital. A partir disso, criou a noção revolucionária de que o estado de “subdesenvolvimento nacional” não constituía mero atraso ou incapacidade econômica, mas uma circunstância definida por fatores históricos, configurando um problema majoritariamente político, e não econômico, como era consenso na época.

Quanto à economia brasileira, o autor entendia ser necessário um processo de transição industrial, coordenado pelo Estado, com o intuito de remover o Brasil da condição de mero exportador de matéria prima, livrando-o de trocas desiguais nos ciclos econômicos.

3. Objetivos e temáticas da obra

A obra “Introdução ao Desenvolvimento”, publicada em 1920, busca explicar os fenômenos históricos capazes de proporcionar o controle burguês do sistema de produção. O autor toma como ponto de partida a Revolução Industrial do século XVIII, evento descrito como uma “força gravitacional” capaz de difundir a civilização material. Difusão essa que

² FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-cultural. RJ: Paz e Terra, 2000.

aconteceu de forma desigual e gerou transformações sociais. Dentre essas transformações, o autor ressalta:

- i. O declínio do artesanato, a reivindicação burguesa sobre o mercado nacional, a divisão dos mercados entre grupos hegemônicos.
- ii. A presença de um Estado que coordena os subsistemas econômicos nacionais.
- iii. O surgimento de uma economia de expansão e complementaridade, bem como o estímulo ao imperialismo.
- iv. A exploração de territórios de clima temperado como forma de suprir as necessidades materiais das indústrias. Ex: Indústria têxtil inglesa e algodão estadunidense.
- v. A formação de uma divisão internacional do trabalho, devido à tentativa de ampliar circuitos comerciais.
- vi. A dicotomia entre: desenvolvido e subdesenvolvido, centro e periferia, dominação e dependência.
- vii. O controle central da comercialização internacional e sua base logística.

4. Visão geral da obra

Em resumo, a obra aborda uma perspectiva diversificada e crítica sobre o desenvolvimento econômico e social com embasamento nas realidades e obstáculos a serem superados pelos países em desenvolvimento. Furtado desenvolve uma abordagem histórico-cultural para entender o progresso, observando as estruturas sócio-econômicas e políticas que constituem as sociedades e economias ao decorrer do tempo.

5. Conceito de "estrutura centro-periferia" na economia global

A respeito do conceito "estrutura centro-periferia", importa destacar que, segundo Furtado, para refletir sobre a potência do sistema capitalista e sua atuação é necessário compreender historicamente seus movimentos, para além de seus impactos. Nesse sentido, deve-se partir da ideia do colonialismo que explica, exatamente, a dinâmica da manutenção da estrutura centro-periferia em sua relação de dominação-dependência no cenário mundial. O autor refere a Revolução Industrial como um claro exemplo de como o Reino Unido, saindo à frente no processo de industrialização, transformou grande parte do mundo em seus dependentes e como a não permanência desse cenário dialoga com a visão cíclica de Arrighi (1996) sobre os ciclos de declínio e ascensão do capitalismo.

6. Principais temas presentes na seção "A estrutura centro-periferia"

6.1 Consolidação do primeiro núcleo industrial

A **ideia central** é a de que ocorre, na segunda metade do século XVIII, a formação de um primeiro núcleo industrial que se expande e, sua força expansiva, é o ponto de partida para unificação da civilização material ao redor do mundo.

Nos **subtópicos** do capítulo são citados três processos de transformação social causados pela força expansionista desse primeiro núcleo industrial:

- i. Ampliação e aumento de complexidade do núcleo inicial: o sistema de produção industrial devastou outras formas de comércio, como o artesanato e o sistema feudal, principalmente pela forte penetração do capitalismo na agricultura. As transformações econômicas geraram, por sua vez, transformações sociais, recortando o território em mercados protegidos, favorecendo a burguesia ascendente. O que se conhece como centro do sistema capitalista se situa, inicialmente, na Europa por fatores ligados à história econômica e social desse continente. No plano político ocorre a formação de sistemas nacionais de poder que geram subsistemas para estimular as economias externas e competir. Internamente, no entanto, esses subsistemas aumentariam consideravelmente a capacidade expansiva do centro em direção a outras áreas.
- ii. Ocupação dos territórios de clima temperado e de baixa densidade demográfica: o primeiro expansionismo mencionado, dentro do território europeu, foi sucedido pelo segundo, este, em direção aos territórios de clima temperado na América do Norte, na Oceania e na África. O principal objetivo desse segundo expansionismo era ampliar a base de recursos naturais, ou seja, buscar por matéria prima para indústria europeia. Essa expansão permitiu o crescimento da produtividade da mão de obra e o aumento do capital, ao mesmo tempo em que criou condições favoráveis no plano institucional.
- iii. Ampliação dos circuitos comerciais conduzindo à formação de um sistema de divisão internacional do trabalho: Este eixo da expansão comercial se limitou às atividades comerciais. Nesse contexto, povos com sistemas econômicos abrangentes e amplos foram induzidos a se especializar para terem acesso aos mercados centrais. Isso criou, sem dúvidas, uma situação de dependência das regiões periféricas para com os grandes centros. Portanto, o capitalismo se originou a partir da polaridade centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, dominação-dependência. Destarte, a acumulação do centro foi ainda mais rápida, aprofundando a lacuna com a periferia. Portanto, o capitalismo não pode ser definido apenas como a base de sistema universalizador da forma mercantil, já que também impõe um sistema de divisão internacional do trabalho que reflete e reforça relações de dominação e dependência.

6.2 A periferia no sistema de divisão internacional do trabalho

A **ideia central** é a de que o sistema de divisão internacional do trabalho é fruto da iniciativa do núcleo industrial para ampliar os circuitos comerciais existentes, ou criar novos.

As regiões que, nesse quadro de geração de progresso técnico na busca de acumulação de capital, tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas no exterior, mediante a especificação do sistema produtivo demandado pelos centros, constituíam as periferias.

Tendo em vista obstáculos físicos e econômicos que impediam, por parte dos centros, a acumulação de capital, estes buscavam ampliar sua zona de influência, o que originou um conglomerado de economias dependentes. As diversidades climática e cultural das periferias foi o que permitiu a diversificação, também, dos bens disponíveis nos centros.

O **benefício para os centros** significa que estes sempre serão beneficiados, e nesse contexto, especificamente, o acesso às fontes de recursos naturais da periferia se mostrou uma saída extremamente mais favorável ao processo de acumulação no centro, do que a expansão geográfica. Ou seja, compensou mais, para os centros, usufruir dos recursos naturais da periferia, do que expandir os centros em busca dos mesmos.

Quanto ao **malefício para as periferias**, a não modificação das estruturas sociais nas mesmas transformavam as populações locais em reserva de mão de obra barata, fazendo da exploração das fontes de recursos naturais um instrumento da sua exploração.

Sobre a **agricultura voltada para os centros, nas periferias**, nas mesmas eram introduzidas novas linhas de produção, principalmente no setor agrícola, o que gerou o abandono das culturas de subsistência. Decorre o aumento da concentração de terras e piora o rendimento dos pequenos agricultores, reforçando-se as formas tradicionais de dominação social. Isso demonstra como a penetração dos interesses dos centros exerce controle direto sobre o sistema de produção nas periferias pois, em geral, o controle dos centros na logística da produção periférica bem como dos meios de transporte capazes de integrar as áreas produtivas periféricas ao comércio internacional, mobiliza todo esse sistema para o favorecimento dos interesses do centro em detrimento dos da periferia.

6.3 Fator de elevação da produtividade

A **ideia central** é a de que o sistema de divisão internacional do trabalho originava um excedente, uma vez que, ao garantir uma maior eficiência do processo produtivo, aumentava a quantidade de bens produzidos.

Essa “maior eficiência do processo produtivo” era adquirida uma vez que o centro expandia suas áreas de influência de forma a incorporar indiretamente recursos naturais e de mão de obra ao próprio sistema produtivo.

Sobre a **apropriação do excedente**, o destino e as formas variavam de acordo com as circunstâncias, podendo ser identificado quatro tipos:

- i. Apropriação do excedente exclusivamente em benefício do centro:

- Ocorria em função dos interesses da economia metropolitana.
 - Quando o setor produtivo gerador do excedente estava sob estrito controle externo e a atividade política local era eliminada ou controlada do exterior.
- ii. Apropriação de uma parte do excedente por um segmento da classe dominante:
- Caso dos proprietários de terra e de outros grupos que participam das atividades geradoras ou do uso local do excedente.
 - Os beneficiários locais do excedente operam dentro de um espaço residual.
 - Concordância com os interesses externos.
 - Identificação cultural e ideológica desse grupo com o centro.
 - O processo de modernização alcança a máxima intensidade.
- iii. Apropriação de parte do excedente por grupos locais que o utilizam para ampliar a própria esfera de ação:
- A atuação dessa burguesia pode ocorrer de diversas formas, atentando-se para uma específica, a disputa do espaço ocupado pelos interesses estrangeiros nos setores de exportação, importação e financeiro.
 - Diferentemente da burguesia europeia, que teve sua ascensão social e os fatores que motivaram seus anseios revolucionários vinculados a esse processo, as burguesias que lutam pelo controle do sistema de dominação social na periferia não se transformam em instrumento de reconstrução social.
- iv. Apropriação de parte do excedente pelo Estado:
- Ocorre nos locais onde as atividades exportadoras se baseiam na exploração de recursos não renováveis.
 - O Estado, como estrutura burocrática, ao reter o excedente local, tende a desempenhar papel de crescente importância na evolução social.

Vale mencionar que a política comercial, como os tratados comerciais, nada mais era que um esforço empregado por cada país para aumentar a quantidade do excedente produzido que seria direcionado ao seu benefício próprio, a exemplo dos tratados comerciais que a Inglaterra impôs aos países da periferia no século XIX.

Destaca-se a análise dos quatro tipos de apropriação, tendo em vista suas implicações para a história da periferia:

- i. A primeira forma mencionada (1) conhecerá uma complexa evolução:

- Se o estatuto colonial é rejeitado por toda parte, novas formas de controle das atividades produtivas por interesses estrangeiros em aliança com grupos locais tenderão a se impor.

ii. A última forma mencionada (4) irá adquirir importância crescente:

- O Estado irá desempenhar em todo mundo periférico funções de grande peso.

iii. As formas 2 e 3 são as que revolucionaram a história da periferia:

- A forma 2, pois garantiu a modernização.
- A forma 3, pois garantiu a conscientização da periferia a respeito do papel de dependência que desempenhava no sistema de divisão internacional do trabalho.

6.4. A especificidade do subdesenvolvimento

A característica básica da economia periférica consiste na assimetria entre o sistema produtivo e a sociedade.

- Para que essa afirmação seja entendida, primeiro, é necessário compreender o mecanismo de funcionamento e dinamização das economias centrais. Nas economias centrais, à medida que aumenta a produtividade do trabalho, há uma pressão social para que a remuneração desse trabalho se eleve proporcionalmente ao que foi incrementado. O conseqüente aumento do poder aquisitivo dos empregados ocasiona em um aumento da demanda, de modo que mais recursos são destinados no intuito de elevar a produção a fim de suprir essa demanda crescente, assim condicionando um progresso técnico. Dessa forma, conclui-se que as transformações tinham lugar simultaneamente nas estruturas econômicas e na organização social.
- Em contraposição, a dinamização das economias periféricas não era decorrente da modernização das suas próprias forças produtivas, mas sim da realocação de recursos por parte do centro. O investimento dos centros no sistema produtivo das economias periféricas gerava um aumento do excedente produzido que, por sua vez, resultava na ampliação da demanda interna. Essa demanda, por sua vez, era suprida por meio da reordenação dos recursos já disponíveis na economia, de forma que não havia progresso técnico e as estruturas sociais permaneciam inalteradas. Assim, havia uma disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso da acumulação reprodutiva, pois esses dois elementos, nas periferias, eram independentes, sendo intermediados pela alocação de recursos externos.

A expressão prática dessa assimetria traduz-se na heterogeneidade social e nos desníveis internos nos padrões de consumo. A partir da análise das camadas da sociedade,

percebe-se que a diversificação da demanda final reflete o comportamento de uma minoria da população beneficiária do excedente.

Havia dois tipos de consumidores nas economias periféricas:

i. Massa rural e urbana marginalmente integrada no mercado de trabalho + Assalariados com remuneração próxima do salário mínimo:

- Quatro quintos da população
- É a interação desses dois subgrupos que define o custo de reprodução da população, ou seja, o que caracteriza a economia periférica é a relação do mercado organizado de trabalho e o trabalho informal
 - Se a renda média dos assalariados é de duas a três vezes superior do que a renda média dos não assalariados, a renda média do conjunto cresce sem que se eleve o salário mínimo. Assim, por conta de uma deturpação da realidade, a remuneração dos trabalhadores não é reajustada conforme o mercado, como nas economias centrais, e portanto, não há crescimento da demanda por parte dessa camada da população.

ii. Assalariados médios, trabalhadores autônomos e pequenos rentistas + Assalariados superiores, profissionais liberais e detentores de títulos de propriedade:

- Um quinto da população.
- Os assalariados médios, trabalhadores autônomos e pequenos rentistas equivalem a 15% da população e sua renda média varia de três a cinco salários mínimos.
- Os assalariados superiores, profissionais liberais e detentores de títulos de propriedade equivalem a 5% da população e são a camada mais rica da sociedade, sendo sua renda média de três a cinco vezes superior à do subgrupo anterior.
- Sendo financiado, no essencial, pelo excedente, o consumo dessa camada da população irá requerer a introdução de novos produtos ou a melhora da qualidade dos já consumidos, distanciando-se, portanto, do padrão de consumo da massa da população.
- O autor apresenta um exemplo numérico hipotético, inferindo que o excedente destinado a reproduzir as desigualdades sociais, inclusive gastos de prestígio do Estado, alcança 40% da renda total

7. Síntese das principais conclusões ou argumentos apresentados

- **Enfoque histórico-estrutural:** Furtado propõe um enfoque histórico-estrutural para entender o desenvolvimento e subdesenvolvimento que leva em conta as condições históricas e estruturais de cada país.
- **Crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental:** Furtado critica o modelo de desenvolvimento ocidental, considerando-o inadequado para países subdesenvolvidos. Argumenta que esses países precisam de um modelo de desenvolvimento próprio, que leve em conta suas características específicas.
- **Teoria da dependência:** Furtado é um dos expoentes da teoria da dependência, que argumenta que os países subdesenvolvidos são dependentes dos países desenvolvidos, e que essa dependência é uma das principais causas do subdesenvolvimento.
- **Intervencionismo keynesiano:** Furtado é um dos pais do intervencionismo keynesiano no Brasil, que propõe uma intervenção do Estado na economia para promover o desenvolvimento.
- **Ciência, tecnologia e inovação:** Furtado reconhece a importância da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento e argumenta que os países subdesenvolvidos precisam investir nessas áreas para promover o desenvolvimento.

8. Implicações e conclusões de Celso Furtado

As ideias de Celso Furtado têm implicações significativas para a compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Suas contribuições têm influenciado amplamente o campo da economia do desenvolvimento e oferecem uma perspectiva crítica e abrangente sobre essas questões.

9. Reflexão sobre as ideias apresentadas

No capítulo "A Estrutura Centro-Periferia", Celso Furtado nos apresenta uma visão detalhada da dinâmica econômica global e do papel das nações em desenvolvimento dentro dela, argumentando que o mundo é dividido em duas partes: o centro, composto por nações desenvolvidas e industrializadas, e a periferia, formada por nações em desenvolvimento. Postula-se que o centro é onde a inovação e a produção ocorrem, enquanto a periferia é caracterizada pela dependência econômica e exploração dos recursos naturais e da mão de obra.

O conceito de estrutura centro-periferia proposto por Furtado é, sem dúvida, um quadro útil para entender as relações econômicas globais. O autor destaca as desigualdades intrínsecas do sistema econômico global, onde os países do centro têm

poder de influenciar e moldar a economia global, enquanto os países da periferia têm pouca voz e enfrentam desafios significativos para o desenvolvimento.

Contudo, é importante refletir sobre a relevância desse modelo na atualidade. Numa era de globalização e digitalização crescentes, onde a inovação e a produção não são mais exclusivas dos países do centro, as nações em desenvolvimento estão assumindo um papel cada vez mais proeminente na economia global, desafiando o modelo tradicional de centro-periferia.

No entanto, é preciso reconhecer que, apesar dessas mudanças, ainda existem importantes desigualdades econômicas globais. Muitos países em desenvolvimento continuam enfrentando desafios significativos, como a dependência de *commodities*, a dívida externa, e as restrições ao acesso à tecnologia e à educação. Assim, a estrutura centro-periferia ainda fornece uma ferramenta valiosa para entender e abordar essas questões.

Em conclusão, o capítulo em pauta oferece uma perspectiva instigante sobre a economia global. Apesar das limitações do modelo face às mudanças recentes, ainda oferece *insights* valiosos para a compreensão das desigualdades econômicas globais e do papel das nações em desenvolvimento na economia global.

10. Contrapontos às ideias de Furtado

O capítulo em pauta apresenta uma visão perspicaz das relações econômicas globais, no entanto, é possível fazer algumas críticas e contrapontos a essa visão. Em primeiro lugar, a divisão do mundo em "centro" e "periferia" pode ser vista como uma simplificação excessiva da complexa realidade econômica global. Existem diferenças significativas entre as nações que compõem tanto o "centro" quanto a "periferia" que podem ser obscurecidas por essa divisão binária. Além disso, a ideia de que o "centro" é caracterizado pela inovação e produção enquanto a "periferia" é marcada pela exploração de recursos naturais e mão de obra pode ser criticada, pois muitos países em desenvolvimento estão se tornando centros de inovação e produção em suas próprias regiões, desafiando essa visão tradicional.

Em segundo lugar, a visão de Furtado pode ser considerada excessivamente determinista, sugerindo que os países periféricos estão presos em uma posição de dependência e exploração. Isso pode subestimar a capacidade desses países de reformar suas economias, implementar políticas de desenvolvimento e alcançar um maior grau de autonomia. Por último, o modelo centro-periferia de Furtado foca, principalmente, nas relações econômicas entre nações. No entanto, existem muitos outros fatores, como políticas, culturais e sociais, que também podem influenciar o desenvolvimento de um país.

A falta de consideração desses fatores pode levar a uma compreensão incompleta do desenvolvimento.

Em suma, embora o capítulo "A Estrutura Centro-Periferia" de Furtado ofereça uma visão útil das relações econômicas globais, é importante considerar esses contrapontos e críticas ao avaliar seu argumento.

11. Conclusão

Seguem, listadas por ordem de leitura, as principais ideias observadas:

- Expansão do capitalismo: fato qualificado por uma acumulação veloz "das forças produtivas", principalmente a partir da Revolução Industrial (p. 73).
- A concorrência entre os estados foi uma marca do desenvolvimento do capitalismo e atingiu seu ponto máximo com o colonialismo e o neocolonialismo, acabando por gerar disputas que foram levadas para a zona de formação do capitalismo e causaram dois grandes conflitos (p. 74).
- O colonialismo permitiu sua expansão do capitalismo em nível mundial por meio da obtenção de novos territórios e imposição de formas de produção e consumo que alteraram drasticamente o modo de vida da população mundial (p. 75).
- A expansão produziu hierarquias entre aqueles que detêm os meios e aqueles que se tornaram dependentes dessa forma econômica de organização social. Nesse contexto, emergiu a relação entre centro e periferia que acentuou, ainda mais, a desigualdade entre as regiões dominadas e as dominantes (p. 75).
- As periferias, subjugadas economicamente, se tornaram locais para a extração de recursos para a produção, tendo se desenvolvido, ali, um exército de mão de obra disponível para gerar lucros a baixos custos. (p. 76).
- As periferias foram inseridas no mundo capitalista a partir do desenvolvimento de práticas agrícolas e extração mineral, cujo objetivo sempre foi alimentar o comércio mundial (p. 77). Nesse sentido, o lucro retorna para o centro que decide, também, o quanto ficará retido na periferia (p. 79). A parte que permanece na periferia fica concentrada nas mãos de elites locais, as quais se distinguem por estarem cultural e socialmente associadas ao centro ao invés da periferia; ocupando o que Furtado denominou como **espaço residual** dentro do sistema acumulação e produção. (p. 79).
- A distinção social e econômica entre centro e periferia é caracterizada, principalmente, pela relação entre o desenvolvimento produtivo e o social que andam juntos nos países do centro, ao contrário da periferia, onde o aumento da produção não apenas está separada do desenvolvimento social, mas acentua a desigualdade entre aquela elite residual e a maior parte da população. (pp. 81-83).